

## **Campanhas Midiáticas De Prevenção Das Dst/Aids: Usos E Apropriações Entre Adolescentes E Jovens Do Bairro De Mãe Luiza, Natal-Rn**

### **Prevention Campaigns for Media Of Dst / AIDS: Uses and Appropriation Among Adolescents And Young People In Mae Luiza neighborhood, Natal-Rn**

**Juciano de Sousa Lacerda.<sup>2</sup>**

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte**

**[juciano.lacerda@gmail.com](mailto:juciano.lacerda@gmail.com)**

#### **Resumo**

Os usos e apropriações que adolescentes e jovens fazem de campanhas de prevenção de DST/Aids atuais, veiculadas em mídia local e em redes sociais digitais, podem contribuir para a redução de vulnerabilidades? Neste artigo, propomos a análise da representação da Aids entre adolescentes e jovens e o consumo das campanhas midiáticas de prevenção, a partir da perspectiva comunicacional dos “usos e a apropriações”, como forma de descentralização do “lugares de interlocução” e de exercício da *cidadania comunicacional*. A metodologia qualitativa tem como estratégias: “pesquisa da pesquisa”, observação participante de redes sociais digitais, análise de imagens e produtos audiovisuais e entrevistas com grupo focal. Entre os resultados, pretendemos compreender os lugares de interlocução que os adolescentes e jovens assumem ao falar sobre as campanhas de prevenção das DST/Aids.

#### **Palavras-chave**

Comunicação midiática; cidadania comunicacional; campanhas publicitárias; práticas sociais em saúde coletiva; prevenção das DST/Aids.

#### **Abstract**

Can the uses and appropriations that adolescents and the youth do out of the current prevention of STD/Aids campaigns, broadcasted in the local media and in digital social networks, contribute for the reduction of the vulnerabilities? In this article, we propose an analysis of the representation of AIDS among adolescents and youth and their consumption of media prevention campaigns, from the perspective of the communicational "uses and appropriations", as a way of decentralization of the "places of interlocution", while exercising the communicational citizenship. The qualitative methodology has the following strategies: "research of the research", participant observation of digital social networks, analysis of images and audiovisual products, and focus group interviews. Among the results, we aim to understand the place of

interlocution that adolescents and the youth assume when talking about the prevention of STD/Aids campaigns.

### **Keywords**

Media communication, communication citizenship; advertising campaigns, social practices in public health, prevention of STD/Aids.

### **Introdução**

Em abril de 2012, na edição 475 da Revista Planeta, a reportagem de Milton Correia Júnior:

“AIDS: o mal da diluição”, apontou um aspecto importante sobre a prevenção da AIDS no Brasil e no mundo, que chega a ser paradoxal. A abertura da reportagem sintetiza muito bem o problema.

Depois de virar uma doença crônica tratável, a Aids deixou de ser vista como uma sentença de morte. Muitos jovens relaxaram as precauções contra a contaminação pelo HIV. Mas o tratamento causa duros efeitos colaterais, e os portadores do vírus continuam a ser discriminados (*Correia Jr., 2012, on line*).

Ou seja, os duros efeitos colaterais e o contínuo processo de discriminação dos portadores do HIV parecem não despertar a atenção dos jovens. A reportagem, a partir da fala de um entrevistado, Luiz Grande, que há 11 anos trabalha no Centro de Testagem e Aconselhamento de Ribeirão Pires (SP), tenta encontrar justificativas. Diz o entrevistado: "Os adolescentes de hoje não chegaram a ver pacientes de Aids em fase terminal, como os jovens da década de 1990". E acrescenta: "Assim, acabam criando uma ideia mistificada de que a doença não é tão grave quanto se fala. Mas eles precisam saber que os medicamentos produzem efeitos colaterais e que a discriminação contra os portadores ainda é muito grande." (*Correia Jr., 2012, on line*). Esta hipótese é defendida ao longo do texto por outras falas de especialistas ou responsáveis por organizações que atuam na prevenção ou na convivência com a Aids.

Na linha do tempo do Departamento de DST, do Ministério da Saúde

([www.aids.gov.br/pagina/historia-da-aids/](http://www.aids.gov.br/pagina/historia-da-aids/)), os registros de notificação de casos da epidemia são de 2010 e apontam 592.514 casos de Aids no país, desde o primeiro caso no Brasil, em 1980, classificado em 1982. Entre 2002 e 2007 houve uma redução gradual da doença no país, mas depois disso os números vêm aumentando. Em 2009 foram registrados 38.538 casos, representando um aumento de 2,9% em relação ao ano anterior (*Correia Jr., 2012, on line*). Se nos centramos na população de adolescentes e jovens, até junho de 2009 foram registrados 66.114 casos de Aids entre jovens de 13 a 24 anos, segundo dados do Ministério da Saúde, o que compreende 11% dos casos notificados

desde o início da epidemia, com a transmissão sexual sendo responsável por 68% deles (Machado & Lacerda, 2012, p. 9). De 2005 a 2010, entre adolescentes de 13 a 19 anos e jovens entre 20 e 24 anos, a taxa de incidência por 100.000 habitantes teve um gradativo crescimento no público masculino (Brasil, 2013, p.15). Na faixa de 13-19 anos, passou de 1,3/100.000 hab. (200 casos, em 2005) para 1,9 (296 casos, em 2010). E na faixa de 20 a 24 anos, passou de 13,1 (1317 casos, em 2005) para 14,3 (1641 casos, em 2010). No público feminino, de 13 a 19 anos houve certa estabilidade (2,1 – 333 casos em 2005 – e 2,1 – 349 casos em 2010), com um decréscimo entre as jovens de 20 a 24 anos, com taxa de 11,0/100.000 hab. – 1207 casos em 2005 – e 8,0 – 1009 casos em 2010 (Brasil, 2013, p. 15). Portanto, principalmente entre os adolescentes e jovens do sexo masculino, o risco vem aumentando gradativamente.

Preocupado com os índices, o Departamento de DST/Aids/HV do Ministério da Saúde desenvolveu demanda, a partir de edital, convocando organizações e instituições para desenvolver projeto piloto com o intuito de gerar metodologias de prevenção para grupos sociais vulneráveis, em parceria com as comunidades locais e seus equipamentos sociais, com recursos para financiamento do Fundo Nacional de Saúde (FNS). O Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), propôs a Ação Integrada “Fortalecimento de Redes de Ação Comunitária para Prevenção em DST/Aids”. O projeto foi elaborado em 2010, com a participação de atores sociais da comunidade, e está sendo executado desde março de 2011 por professores vinculados ao NESC, como Ação Integrada na UFRN, tendo sido prorrogado até janeiro de 2014, com objetivo de desenvolver metodologias e tecnologias sociais que contribuam para reduzir vulnerabilidades às DST/ HIV/Aids, entre jovens e adolescentes, na comunidade de Mãe Luiza, em Natal, Rio Grande do Norte. A metodologia adotada é de ações inclusivas e participativas em cada momento do projeto. Assim, para cada processo a ser desenvolvido, de sua discussão à implementação efetiva, é discutido com os parceiros envolvidos na comunidade: profissionais de saúde e educação, organizações confessionais e laicas, ONGs e equipamentos sociais do bairro (Lacerda *et al*, 2012). O projeto foi batizado pela comunidade de “Projeto Viva Mãe Luiza”, em agosto de 2011, durante evento comunitário. A presente pesquisa, em fase inicial, é um desdobramento da ação integrada

“Fortalecimento de Redes de Ação Comunitária para Prevenção em DST/Aids” (2011-2014 – Ministério da Saúde), da qual o proponente é colaborador, com enfoque na interface entre o campo da comunicação e da saúde, sob a perspectiva da *cidadania comunicacional* (Lima 2006; Mata, 2006; Fuser, 2011; Camacho, 2011; Lacerda, 2012; Maldonado, 2012).

### **A problemática da representação da Aids na publicidade**

Partimos da premissa de que as campanhas publicitárias de prevenção das DST/Aids ainda reproduzem a metáfora da “guerra à doença”, abordada por Sontag em 1988 (2007, p. 84):

“A metáfora mais generalizada sobrevive nas campanhas de saúde pública, que rotineiramente apresentam a doença como algo que invade a sociedade, e as tentativas de reduzir a mortalidade causada por uma determinada doença são chamadas de lutas e guerras”. Nessa perspectiva, a doença é o inimigo e o paciente é encarado como vítima, mas “a ideia de vítima sugere inocência. E inocência, pela lógica inexorável que rege todos os termos relacionais, sugere culpa” (Sontag, 2007, p. 86).

Hoje, os adolescentes e jovens se veem nas campanhas de saúde sobre DST/Aids como possíveis vítimas, portanto, passíveis do sentimento de culpa? No final dos anos 1990, pesquisa sobre a representação social da Aids para jovens apontou a presença da ideia “Aids mata”, repetida a exaustão pela mídia na época, numa associação entre Aids, medo e formas de prevenção, em que o preservativo aparecia no discurso, mas era rejeitado na prática (Madeira, 1998, p. 71-72). “A representação da Aids atualiza experiências, valores, hábitos, símbolos, modelos e normas culturalmente arraigados, o mesmo tempo que permite ao jovem situar-se, relacionar-se, comunicar-se e agir” (Madeira, 1998, p. 72). Uma pesquisa com sobre a representação da Aids para pré-adolescentes franceses nos anos 1990 (Lage, 1998) apontou que eles haviam assimilado as principais informações das campanhas de prevenção, mas manifestavam inicialmente atitudes heterogêneas a respeito da Aids, até o final do processo escolar iam ganhando maior homogeneidade (Lage, 1998, p. 86). Pesquisadores situam as DST/Aids entre as principais vulnerabilidades a que adolescentes e jovens estão expostos. “O despertar do desejo sexual, não convenientemente orientado, origina o aumento da gravidez e aborto não desejados nas adolescentes, além de doenças sexualmente transmissíveis” (Morais, 1999, p.25). Moraes também destaca que adolescentes que participaram de sua pesquisa apontaram “os meios de comunicação (revista, livros, filmes, e televisão) como as principais fontes de aprendizado com relação ao sexo, seguido de amigos e colegas” (Morais, 1999, p.44).

Se os meios de comunicação são considerados como fontes de aprendizado, a pergunta de partida desta investigação nasce, paradoxalmente, do senso comum: “Com tanta publicidade já produzida nas mídias tradicionais, com tanta informação disponível na internet e redes sociais digitais, por que aumenta gradativamente o número de infectados pelo HIV/Aids entre adolescentes e jovens?” Fazemos esta pergunta porque partimos da premissa de Stuart Hall (2003), ao estudar os programas televisivos, de que toda mensagem midiática é interpretada pelo sujeito receptor, cuja leitura pode ser dominante (compactuar/estar de acordo com a ideia expressa na mensagem); negociada (concordar parcialmente com a ideia proposta); ou ocorrer uma leitura de oposição, quando o receptor rejeita/nega a proposta contida na mensagem. Do ponto de vista da possibilidade de uma cidadania comunicacional, de que modo os adolescentes e jovens consomem as informações publicitárias e o conhecimento disponível na internet e constroem suas próprias posições sobre essas mensagens? E como tais maneiras de consumir as informações implicam sobre as perspectivas de redução da vulnerabilidade dessas novas gerações? Essa problematização do consumo é o ponto de partida para nossos objetivos com esta investigação, de caracterizar os usos e apropriações que

adolescentes e jovens do bairro de Mãe Luiza (Natal-RN) fazem das campanhas de prevenção das DST/Aids veiculadas na mídia local e nas redes sociais digitais, tendo em vista se essas práticas apontam para o exercício de uma cidadania comunicacional e corroboram para a redução de vulnerabilidades. Para realizar esse objetivo geral, nos propomos a: A) mapear, descrever e analisar as campanhas publicitárias sobre prevenção das DST/Aids que circularam em 2013 na mídia de Natal-RN, tendo em vista apresentar os “lugares de interlocução” ofertados pela produção; B) identificar adolescentes e jovens de Mãe Luiza nas redes sociais digitais que mais frequentam e interagem, tendo em vista caracterizar as relações que estabelecem com os conteúdos/mensagens que circulam na internet tematizando formas de prevenção das DST/Aids; e C) caracterizar e compreender os usos e apropriações que os adolescentes e jovens fazem da publicidade sobre prevenção as DST/Aids veiculada na mídia tradicional e nas redes sociais digitais, por meio de entrevistas grupais a partir de falas estimuladas por mensagens que repercutiram entre eles durante o processo de pesquisa.

Nossa compreensão de “uso” refere-se ao “emprego habitual” de objetos, tecnologias, discursos como “aplicação de algo de acordo com sua finalidade”, isto é, conforme regras e procedimentos pré-estabelecidos, que agenciam habilidades e competências específicas de codificação e decodificação (Thompson, 2001, p. 29). O processo de “apropriação” pode ser compreendido como toda forma de ressignificação de práticas, de tecnologias, de estruturas dominantes cuja proposta inicial, de alguma forma, nega a heterogeneidade cultural (Martín-Barbero, 2004, p. 186). Ou seja, o processo de apropriação admite que contexto de produção das mensagens publicitárias não é simétrico aos diferentes contextos dos receptores, portanto, a interpretação requer que cada sujeito adapte as mensagens à sua própria vida e seus contextos e circunstâncias. Isso é apropriar-se de uma mensagem, apoderar-se e torna-lo próprio (Thompson, 2001). Fortalecendo essa visão, Araújo e

Cardoso (2007, p. 63) asseveram que “apropriar-se de algo é tornar este algo próprio e isto só é possível na medida em que o dispositivo de comunicação é adequado aos seus destinatários”. Quando Araújo e Cardoso (2007) falam da adequação dos dispositivos, referem-se, além dos códigos, aos meios, tecnologias, modos de organização da informação, ambientes e contextos. Nestas condições, não haveria uma passividade nas formas de consumo/recepção dos adolescentes e jovens sobre a publicidade da prevenção das DST/Aids. Há, sim, um processo de “fabricação” que se faz notar nas “maneiras de empregar” as mensagens que lhe são ofertadas (Certeau, 2000, p. 39). Essa perspectiva de compreensão do processo de apropriação dos códigos, meios, tecnologias, dos modos de organizar, publicizar e democratizar a informação, pela ação dos adolescentes e jovens em relação aos temas da prevenção das DST/Aids, descentralizando os “lugares de interlocução” (Araújo & Cardoso, 2007), abre uma perspectiva de cidadania comunicacional, como direito do cidadão (Lima 2006; Mata, 2006; Fuser, 2011; Camacho, 2011; Lacerda, 2012; Maldonado, 2012).

## Perspectivas da cidadania comunicacional

Para situarmos nossa compreensão de cidadania comunicacional, partimos da discussão proposta por Venício A. de Lima no artigo “Comunicação, poder e cidadania” (2006), no qual demonstra que as três dimensões da cidadania propostas por T. H. Marshall em 1949 – *civil*, *política* e *social* – aproximam-se da comunicação.

A comunicação perpassa todas as três dimensões da cidadania, constituindo-se, ao mesmo tempo, em direito civil — liberdade individual de expressão; em direito político — através do direito à comunicação, que vai além do direito de ser informado; e em direito civil — através do direito a uma política pública democrática de comunicação que assegure pluralidade e diversidade na representação de ideias e opiniões (Lima, 2006, p. 11).

Contudo, a falta de pluralidade (concentração da mídia em poucos grupos privados) e de diversidade, ou seja, de conteúdos ou programas que contemplem os distintos interesses da sociedade é um problema histórico do contexto comunicacional brasileiro. Portanto, um entrave a um processo pleno de cidadania sob a lógica comunicativa. Na dimensão política, temos um histórico construído em políticas sociais e culturais calcadas na polarização carência/privilégio, que dificultam o processo democrático, pois carências são sempre particulares ou específicas, não sendo um direito, e privilégios jamais são universalizados a toda população (Chauí, 1995, p. 78). A cidadania cultural, para Chauí, se constituiria na afirmação de direitos básicos: de acesso e fruição (direito à informação); direito à produzir cultura (direito à comunicação); direito a identificar-se como sujeito cultural; direito a participar das decisões políticas sobre a cultura (Chauí, 1995, pp. 82-83).

Essa dimensão da cidadania voltada para a comunicação, tendo em vista garantir os direitos não só de acesso aos bens culturais e informativos, mas de poder se expressar e de produzir e fazer circular bens simbólicos foi abordado por Fuser (2011) e Lacerda (2012), na problematização das políticas de inclusão digital, para além de uma ação de cunho social.

“A necessidade de desenvolver atividades de produção cultural na perspectiva da apropriação criativa de tecnologias digitais nos conduziu à discussão sobre a cidadania no campo da cultura” (Fuser, 2011, p. 29). A proposta de Fuser, realizada no projeto “Comunicação, Memória e Ação Cultural”, envolveu oficinas de produção cultural, principalmente focadas na produção de narrativas em vídeo, por velhos, jovens e adultos, envolvendo atores institucionais como escolas, posto de saúde, ONGs e igrejas do bairro. Lacerda (2012) problematizou os usos e apropriações de telecentros e lan houses na Região Metropolitana de Natal-RN, na perspectiva da comunicação como direito que se concretiza na concepção de cidadania cultural.

Portanto, a perspectiva da cidadania cultural vai além da visão de usos e apropriações como consumo de bens culturais, caracterizando as formas de uso e apropriação na perspectiva da compreensão dos códigos e regras dos bens simbólicos (uso), como nas ações em que reordenamos e nos apropriamos da oferta tecnológica, mas num contexto e materialidades que tornem possível não só a fruição de bens simbólicos aos quais temos acesso, mas a possibilidade produção, de criação, de circulação e visibilidade de novos bens pelos sujeitos individuais e coletivos dos diversos campos da sociedade. E para que aconteça uma cidadania cultural é preciso a ação cultural política dos coletivos sociais, mas também a construção de políticas culturais por parte do Estado (*Lacerda, 2012, p.9-10*).

Em certa medida, podemos afirmar que a ação cultural política que caracteriza a cidadania cultural, no sentido do direito de produção de bens simbólicos ou do processo de transformação da cultura midiática vigente, se articula e se confunde com a dimensão comunicacional. De maneira que, pensar a cidadania comunicacional, traduz-se também num movimento teórico-epistemológico de pensar a dimensão cultural. Maldonado (2012) nos esclarece essa dimensão.

É um desafio central do atual momento histórico, a reestruturação profunda das concepções, hábitos, práticas e culturas midiáticas. Para isso, a ideia diretriz de participação produtiva se vincula com a noção de cidadania comunicativa na realidade concreta, favorável, de condições de produção simbólica (*Maldonado, 2012, p. 27*).

Tal produção simbólica, como resultado de uma cidadania comunicacional, não pode se eximir das concepções das culturas subalternas populares, tanto na compreensão do poder como na diversidade cultural e no favorecimento da fruição da vida (*Maldonado, 2012, p. 28*). Desta forma, se pensarmos em cidadania cultural, cidadania comunicacional, cidadania política, e mesmo outras formas ou dimensões, o que importa é ter a consciência epistemológica de que “não há uma maneira ideal de ser cidadão/a ou exercer a cidadania” (*Camacho, 2011, p. 147*).

A cidadania comunicacional não prescinde da publicidade e dos meios de comunicação chamados de “massivos”. Para Camacho (2011) a noção de “cidadania comunicativa” propõe uma dupla direção: a da oferta midiática, dos meios para os cidadãos, e a do consumo cultural, dos cidadãos para os meios. Em sua idealização da cidadania comunicacional, com viés midiático, o cidadão exerceria plenamente seu direito, com garantias do Estado, “não só de receber, mas de investigar e difundir informação e opinião por qualquer meio, e assume ativamente suas responsabilidades na geração e reprodução de processos de formação de opinião e deliberação públicas, e participação e controle sociais” (*Camacho, 2011, p. 152-153*).

No entanto, em tempos de sociedades mediatizadas, é preciso levar em conta que mesmo o espaço público agregando um grande número de ambiências e modalidades de organização, “os meios massivos e as redes informáticas adquirem uma centralidade inevitável como cena privilegiada de intercâmbios” (Mata, 2006, p. 8). Para Maria Cristina Mata, se continuar prevalecendo a lógica de mercado como único regulador dos meios de comunicação, temos poucas chances de pensar um exercício efetivo de cidadania. O único recurso não pode ser ligar ou desligar o controle remoto, conectar ou não conectar a internet, de maneira individual e sem consequências que realmente mudem o quadro da relação cidadão-meios. É preciso compreender a cidadania comunicacional, segundo Mata, numa dinâmica complexa, com várias dimensões, para dar conta da problemática atual da sociedade e da democracia. Para Mata (2006, p. 13), a cidadania comunicativa envolve o reconhecimento da dimensão de o cidadão fazer parte de públicos, mas sem prescindir de sua condição de sujeito de direitos e deveres e o pleno exercício do direito à comunicação.

Pensada de este modo, y reconociendo la indisociable articulación entre discurso y acción, el ejercicio de la “ciudadanía comunicativa” se vuelve imprescindible para la existencia de una sociedad de ciudadanos. Si no existen posibilidades de ejercer ese conjunto de derechos y prácticas expresivas, se debilitan las capacidades y posibilidades de los individuos para constituirse como sujetos de demanda y proposición en múltiples esferas de la realidad, toda vez que la producción de esas demandas y proposiciones resulta impensable sin el ejercicio autónomo del derecho a comunicar, es decir, a poner en común (MATA, 2006, p. 14).

Há quatro níveis de cidadania comunicacional, segundo Mata (2006, p. 14): *formal, reconhecida, exercida e ideal*. Do modo *formal*, podemos dizer há um conjunto de indivíduos depositários dos direitos consagrados juridicamente sobre o campo comunicativo. Por exemplo, aqui que está formalmente posto na Constituição Federal do Brasil. A cidadania comunicacional *reconhecida* é a condição de um determinado grupo que reconhece esses direitos como inerentes à comunidade que participa. Ou seja, sabemos e reconhecemos tais direitos, mas ainda não passamos para o nível de reivindicá-los. O que estaria justamente no nível da cidadania comunicacional *exercida*, pois a tomada de consciência levaria a cobrar a aplicação desses direitos e sua ampliação (universalização).

Por fim, a situação *ideal* seria aquela que “desde postulações teórico-políticas e de expectativas de transformação social, se propõe como utopia ou meta alcançável em vinculação com os processos de democratização das sociedades” (Mata, 2006, p. 14).

### **Construção metodológica.**

Sob a perspectiva da cidadania comunicacional, nossa pesquisa articula as interfaces Comunicação, Saúde e Cidadania, num recorte epistemológico que busca não a explicação dos fenômenos investigados, mas sua interpretação: sentidos e significados.



As teorias do campo da comunicação constituem uma disciplina interpretativa (Flusser, 2007, p. 92). Desta forma, não buscamos com essa investigação explicar o processo de comunicação que envolve a circulação de campanhas publicitárias sobre prevenção das DST/Aids entre adolescentes e jovens, mas compreendê-lo, interpretá-lo na medida do possível.

Temos consciência de que não se trata da primeira vez em que as campanhas de prevenção das DST/Aids serão problematizadas numa investigação científica. Por isso, nossa primeira estratégia é realizar uma “pesquisa da pesquisa” (Bonin, 2011; Maldonado, 2011) tendo em vista trabalhar pesquisas produzidas na interface comunicação e saúde, relacionadas ao objeto de nossa investigação. Envolve desde questões operacionais sobre como levantar tais produções até o processo de “reflexão e desconstrução, que permita ao pesquisador empreender apropriações, reformulações e alargamentos dessas propostas, em vários níveis” (Bonin, 2011, p. 34). Contudo, toda investigação tem uma temporalidade e limites impostos pelas condições de produção da pesquisa. Desta forma, esclarecemos que vamos situar como escopo para essa empreitada as produções disponíveis: 1) em bancos de dados dos programas de pós-graduação (mestrado/doutorado) em Comunicação reconhecidos pela Capes, incluindo o Programa de Mestrado acadêmico em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; 2) artigos apresentados nos congressos nacionais da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Intercom (Associação Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação); Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde e ComSaúde - Conferência de Comunicação e Saúde/Cátedra Unesco de Comunicação; 3) artigos publicados no Univerciência - Portal de acesso aberto em ciências da Comunicação (<http://www.revistas.univerciencia.org/>) e no Scielo Brasil (<http://www.scielo.br/>).

Bachelard (2006) nos adverte que o objeto empírico é uma construção do pesquisador, cuja qualidade de objeto a ser investigado é dada pela precisão do método. “A metodologia, o concreto da pesquisa, pode ser vista como *construção pensada, refletida dos objetos*” (Bonin, 2011, p. 30). O exercício metodológico nos leva estabelecer critérios, condições, recortes e abordagens sobre o fenômeno a ser estudado (Maldonado, 2011), de modo que ele passa a existir como uma nova realidade, pois é possível compreender o método como

“a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual” (Marx, 2003, p.248). O “concreto espiritual” não é um exercício de racionalismo que submete o concreto ao abstrato, mas resulta de um elevar-se do abstrato ao concreto, ou seja, “concreto-de-pensamento” (Marx, 2003, p. 248). Nossa construção investigativa tem um caráter qualitativo, em que a problemática das campanhas publicitárias sobre prevenção das DST/Aids é situada empiricamente num contexto muito específico: o conjunto dos consumidores de informação adolescentes e jovens do bairro de Mãe Luiza, em Natal, Rio Grande do Norte. O estudo de caso com adolescentes e jovens de Mãe

Luiza pode ser justificado pelo processo que já vem sendo realizado desde 2011 com a Ação Integrada

“Fortalecimento de Redes de Ação Comunitária para Prevenção em DST/Aids” (2011-2014 – Ministério da Saúde), através da qual o pesquisador e colaboradores já possuem uma vivência local de dois anos, portanto, eliminando a necessidade de outro processo de imersão na realidade investigada.

Situado na Região Leste da cidade, o bairro nasceu de uma ocupação conhecida como "Morro do Bode". Passou a se chamar Mãe Luiza em homenagem a uma das primeiras moradoras do bairro, parteira e lavadeira que sempre ajudava outros moradores mais pobres ou recém-chegados. Criado legalmente em 1958, o bairro tinha uma população de cerca de 17 mil habitantes em 2007 (Natal, 2009). No bairro estão localizadas duas unidades de saúde, Unidade Básica de Saúde de Aparecida onde atuam equipes de saúde da família, e a Unidade Mista de Mãe Luiza, com atendimento ambulatorial; cinco escolas públicas; 14 organizações comunitárias e dois espaços de atividades desportivas. A Escola Estadual Dinarte Mariz é a única do bairro com adolescentes e jovens na faixa etária entre 12 e 24 anos, com cerca de 300 alunos(as) matriculados. São alunos desta escola que serão convidados a participar do processo de seleção qualitativa para as entrevistas em grupo (Gaskell, 2003).

Para corresponder à nossa problemática dos usos e apropriações sobre campanhas publicitárias de prevenção as DST/Aids por adolescentes e jovens de Mãe Luiza, precisamos dar conta de duas dimensões da vida cotidiana destes adolescentes e jovens. Temos que dar conta das informações sobre prevenção das DST/Aids com as quais se relacionam através da mídia tradicional e aquelas com as quais convive quando conectado à internet, através das redes sociais digitais (Morais & Lacerda, 2010). Portanto as duas dimensões do cotidiano são a vida conectada (on line) e a vida não conectada presencial (*off line*), sendo que essas ambiências não são divorciadas, mas interdependentes e somam-se em muitos casos (Rifiotis, 2010; Máximo *et al*, 2012). É possível dizer, hoje, que com a ascensão das mídias móveis (celulares, smartphones, tablets, bluetooth, tecnologias wireless etc.) a sensação que temos é de estar o tempo todo conectados ou conectáveis. Diante dessa condição atual de intersecção entre vida conectada (*on line*) e não conectada (*off line*), não podemos deixar de lembrar que a realidade conectada não faz parte da vida da totalidade dos adolescentes e jovens de Mãe Luiza. Há uma assimetria na conectividade que afeta regiões periféricas como Mãe Luiza, processo de desigualdade de acesso a internet recorrente no Brasil e na América Latina (Lacerda, 2009; 2011; 2012; 2013; Fuser, 2011; Fragozo; Maldonado, 2011) que compromete, no que diz respeito ao acesso à informações sobre saúde, a cidadania comunicacional. Os agenciamentos das informações sobre prevenção das DST/Aids compartilhadas nas redes sociais digitais pelos adolescentes e jovens de Mãe Luiza, em diferentes plataformas (Facebook, Twitter, Youtube etc), serão abordadas através da observação participante, numa perspectiva etnográfica em ambientes digitais (Máximo

*et al.*, 2012), a partir da perspectiva de redes sociotécnicas desenvolvida por Rifiotis *et al.* (2011, 2010).

Na dimensão presencial, para desenvolver a coleta de dados da pesquisa, desenvolveremos estratégias de entrevista qualitativa com um grupo de respondentes (grupo focal) proposta por Gaskell (2003), a partir de tópico guia desenvolvido a partir da problemática da pesquisa e uso de materiais de estímulo com base na coleta material audiovisual e imagens das campanhas de prevenção das DST/Aids veiculadas em Natal durante o ano de 2013. Antes da apresentação ao grupo focal, com base na problemática o material audiovisual será analisado a partir da proposta de análise de imagens em movimento (Rose, 2003) e o material visual das campanhas de prevenção será analisado a partir da proposta de análise semiótica de imagens paradas (Penn, 2003).

Na perspectiva da Comunicação, Saúde e Cidadania, tanto na observação participante das redes sociais digitais como no processo de entrevista com grupo de respondentes (grupo focal), teremos como eixo organizador o cenário complexo em que as redes de comunicação apontam regiões centrais e periféricas entre os “lugares de interlocução”, em que práticas autoritárias culturalmente estabelecidas facultam essa centralização em torno das instituições, dos meios de comunicação e dos profissionais de saúde, que tem o direito à fala, cabendo, na periferia, à população o lugar de escuta (Araújo & Cardoso, 2007, p. 67). Desta forma, a vivência que temos no bairro de Mãe Luiza, desde 2011, contando com a colaboração efetiva de profissionais que atuam na saúde e da educação localmente, habilitanos a buscar desenvolver a proposta de Araújo e Cardoso (2007) de compreender os “lugares de interlocução” que os adolescentes e jovens assumem a falar sobre as campanhas de prevenção das DST/Aids. O lugar de interlocução diz respeito ao “lugar que cada interlocutor ocupa no momento mesmo da comunicação” (Araújo & Cardoso, 2007, p. 68). Problematizar e analisar esses lugares de interlocução nos possibilita compreender a possibilidade do exercício de uma cidadania comunicacional entre os adolescentes e jovens de Mãe Luiza, na medida em que possam se reconhecer como sujeitos de direito e demanda, nesse espaço de interlocução que envolve a mídia e os setores públicos de saúde, exercendo esse direito em suas ações comunicativas nos espaços do bairro e nas redes sociais digitais. Esse lugar de interlocução é determinado pelos contextos. Geralmente são abordados contextos históricos, políticos, econômicos, geográficos e institucionais. A proposta de Araújo e Cardoso (2007), voltada para comunicação em saúde, propõe quatro contextos que afetam a possibilidade da comunicação. São eles:

- O contexto textual, que fala dos textos que circulam no mesmo tempo ou espaço, ‘contaminando-se’ mutuamente e co-determinando os sentidos possíveis (uma parede de posto de saúde, uma página de jornal, um período de veiculação de campanhas na TV etc.).
- O contexto intertextual, que também fala da contiguidade de textos, mas na memória das pessoas – cada enunciado ativa uma cadeia

de remissões, que são uma força ativa na constituição dos sentidos (por exemplo, a memória do discurso higienista alterando as condições de apropriação de uma campanha para o controle do *Aedes egypti*).

– O contexto existencial, destes o mais comumente considerado, fala da pessoa no mundo, suas condições e seus modos particulares de vida (redes de pertencimento, moradia, acesso à educação e à saúde, geração, etc). – O contexto situacional, que designa a posição que cada pessoa ocupa na topografia social, naquela situação de comunicação, e que define seu lugar de interlocução (Araújo & Cardoso, 2007, p. 68-69).

Esses quatro contextos serão articulados à realidade empírica dos adolescentes e jovens do bairro de Mãe Luiza, para serem levados em conta durante a observação das redes sociais digitais e na realização das entrevistas com grupo focal estimulado pelos audiovisuais e imagens sobre prevenção das DST/Aids.

### **Considerações finais**

Por fim, é preciso deixar clara a dimensão qualitativa da investigação, dos seus métodos e estratégias, uma vez que os possíveis resultados estarão situados numa micro realidade, não cabendo quantificadores, que seriam vagos, nem generalizações insustentáveis. “A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (Gaskell, 2003, p. 68). Ou seja, explorar o quadro de opiniões e representações produzidas pelos participantes da pesquisa, a partir dos seus distintos lugares de interlocução. Assim, poderemos reconstruir as representações que os jovens e adolescentes de Mãe Luiza constroem sobre os conteúdos das propagandas midiáticas de prevenção das DST/Aids, relacionando ao modo como se apropriam das linguagens, meios, tecnologias, das formas de organizar, publicizar e compartilhar as informações. Desta forma, seria possível perceber se há um processo de mudança de nível, de uma cidadania comunicacional “formal”, para uma cidadania em que “reconhecem” seus direitos e possibilidades ou mesmo num nível que demonstre o exercício da reivindicação e da cobrança pela qualidade da comunicação que desejam exercer (Mata, 2006), descentralizando, assim, os “lugares de interlocução” (Araújo & Cardoso, 2007) sobre os temas da prevenção das DST/Aids.

### **REFERÊNCIAS**

- Araújo, I. S. & Cardoso, J. M. (2006). Comunicação e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Bachelard, G. (2006). A epistemologia. Lisboa: Edições 70.
- Bonin, J. (2011), Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. En: Maldonado, E. et. al. Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos, 2ª ed. (pp. 19-42). Porto Alegre: Sulina, 2011.

- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. (2013), *Recomendações para a Atenção Integral a Adolescentes e Jovens Vivendo com HIV/Aids*. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde.
- Camacho Azurduy, C. A. Propuesta de un modelo de comunicación masiva para la construcción de ciudadanía en América Latina. En: Peruzzo, C. M. K. & Tufte, T. & Casanova, J. V. (eds.), *Trazos de otra comunicación en América Latina: prácticas comunitarias, teorías y demandas sociales* (pp. 142-163). Barranquilla-Colombia: Editorial Universidad del Norte, 2011.
- Chauí, M. (1995). Cultura política e política cultural. *Estud. av.* [online]. 9, (23), 71-84, 1995, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>.
- Certeau, M. (2000). *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. 5.ed. Petrópolis: Vozes.
- Correia Jr., M. (2012), AIDS: o mal da diluição. *Revista Planeta*, 475, Abril de 2012, disponível em: <[www.terra.com.br/revistaplaneta/edicoes/475/artigo255665-1.htm](http://www.terra.com.br/revistaplaneta/edicoes/475/artigo255665-1.htm)>, acesso em 28 out 2012.
- Flusser, V. (2007). O que é comunicação? En: Flusser, V. *O mundo codificado*, (pp. 88-100). São Paulo: Cosac Naify.
- Fragoso, S. D. & Maldonado, A. E. (2009) Panorama da internet na América Latina. En: Fragoso, S. D. & Maldonado, A. E. (Eds.), *A internet na América Latina*, (pp. 13-39). Porto Alegre: Ed. Sulina.
- Fuser, B. (2011), Sociedade em rede, inclusão digital e cidadania cultural. En: Oliveira, C. T. F. & Nunes, M. V. *Cidadania e cultura digital: apropriações populares da internet*, (pp. 1343). Rio de Janeiro: E-Papers.
- Gaskell, G. (2003), Entrevistas individuais e grupais. En: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, (pp. 64-89). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hall, S. (2003), Codificação/decodificação. En: Hall, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*, (pp. 387-404). Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.
- Lacerda, J. S. & Lucas, M. C. V. & Maranhao, L. & Borges, D. & Castanha, S. A. & Peres, M. S. (2012). Adolescentes Multiplicadores para la Promoción de los Derechos y Prevención de ITS / SIDA en el distrito de Madre Luiza, en Natal, Brasil. En: *Anais do III Congresso Regional de Medicina Familiar Wonca Iberoamericana-CIMF e X Seminario Internacional de Atención Primaria de Salud*, Havana, v. 1, Cuba: WONCA - Iberoamericana CIMF / Sociedad Cubana de Medicina Familiar (SOCUMEFA).
- Lacerda, J. S. (2013). Inclusão digital e cidadania: um exercício de pesquisa da pesquisa sobre telecentros. *Razón y Palabra*, 1, ( 82), 1-17.

- Lacerda, J. S. (2009), Políticas de telecentros de acceso público gratuito e sociedade da informação: modelos em conflito. En: Fragoso, S. D. & Maldonado, A. E. (Eds.), A internet na América Latina, (pp. 169-190). Porto Alegre: Sulina.
- Lacerda, J. S. (2011), Vivências midiáticas digitais nos telecentros comunitários dos projetos Paranavegar e Faróis do Saber. En: OLIVEIRA, C. T. F. & NUNES, M. V. Cidadania e cultura digital: apropriações populares da internet, (pp. 127-149). Rio de Janeiro: E-Papers.
- Lacerda, J. S. (2012), Apontamentos sobre usos e apropriações em telecentros e lan houses comunitários: perspectivas de uma possível cidadania cultural. En: XI Congresso de ALAIC. Montevideo: Udelar/Alaic, 1, 1-14.
- Lage, E. (1998), A representação da Aids para pré-adolescentes. En: Jodelet, D. & Madeiras, M. (Eds.), Aids e representações sociais: à busca de sentidos, (pp. 73-88). Natal: EdUFRN.
- Lima, V. A. (2006). Comunicação, poder e cidadania. Revista Rastros, 7, 8-16.
- Machado, D. B. & Lacerda, J. S. (2012). Estratégias midiáticas na aprendizagem do tema DST/AIDS: ações em rede para reduzir vulnerabilidades de adolescentes e jovens da comunidade de Mãe Luiza, Natal, RN. En: Anais - III Conferência Sul-Americana/VIII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Brasília: Rede Brasileira de Mídia Cidadã, 1, (8), 1-12.
- Madeiras, M. C. (1998), Confiança afrontada: representações sociais da Aids para jovens. En: Jodelet, D. & Madeiras, M. (Eds.), Aids e representações sociais: à busca de sentidos, (pp. 47-72). Natal: EdUFRN.
- Maldonado, A. E. (2012), A transmetodologia no contexto latino-americano. En: Maldonado, A. E. & Máximo, M. E. & Lacerda, J.S. & Bianchi, G. (Eds.), Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação, (pp. 21-41). Natal/Rio do Sul: EDUFRN/Unidavi.
- Maldonado, A. E. (2011), Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualizações, pesquisa empírica e pesquisa teórica. En: Maldonado, E. et al., Metodologias de pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos, 2<sup>a</sup>. Ed., (pp. 277-303). Porto Alegre: Ed. Sulina.
- Martín-Barbero, J. (2004). Razón técnica y razón política: espacios/tiempos no pensados. Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, 1, (1), 22-37.
- Marx, K. (2003), Introdução à crítica da economia política. En: Marx, K. Contribuição para a crítica da economia política, (pp. 223-263). São Paulo: Martins Fontes.

- Mata, M. C. (2006). Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación. *Fronteiras – estudos midiáticos*, 8, (1), 5-15.
- Máximo, M. E. & Rifiotis, T. & Segata, J. & Cruz, F. G. (2012), A etnografia como método: vigilância semântica e metodológica nas pesquisas no ciberespaço. En: Maldonado, A. E. & Máximo, M. E. & Lacerda, J.S. & Bianchi, G. (Eds.), *Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação*, (pp. 293-319). Natal/Rio do Sul: EDUFRN/Unidavi.
- Morais, P. E. A. & Lacerda, J. S. (2010), As redes sociais e sua apropriação para comunicação local e alternativa no RN. En: *Anais do XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste - Intercom Júnior*, São Paulo: INTERCOM, 2010, 1. (12), 1-15.
- Morais, D. C. P. (1999). *A sexualidade do adolescente norte-rio-grandense*. Natal, RN: EDUFRN.
- Natal. Semurb. (2009), *Mãe Luiza*. En: *Natal. Semurb, Natal: meu bairro, minha cidade*, (pp. 289-299) Natal: Prefeitura Municipal.
- Penn, G. (2003), *Análise semiótica de imagens paradas*. En: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, (pp. 319-342). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rifiotis, T. (2010), *Antropologia do ciberespaço: questões teórico-metodológicas sobre pesquisa de campo e modelos de sociabilidade*. En: Rifiotis, T. et al (Eds.), *Antropologia no ciberespaço*, (pp. 15-27). Florianópolis: Editora da UFSC.
- Rifiotis, T. & Segata, J. & Máximo, M. E. & Cruz, F. G. (2011), *Redes sociotécnicas: hibridismos e multiplicidade de agências na pesquisa da Cibercultura*. En: Maldonado, A. E. G. & Barreto, V. S. & Lacerda, J. S. (eds.). *Comunicação, Educação e cidadania: saberes e vivências em teorias e pesquisa na América Latina*, (pp. 221-245). João Pessoa/Natal: EdUFPB/EdUFRN.
- Rose, D. (2003). *Análise de imagens em movimento* En: Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*, (pp. 343-364). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sontag, S. (2007). *Doença como metáfora, Aids e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Thompson, J. B. (2001), *Comunicação e contexto social*. En: Thompson, J. B. *A mídia e a modernidade*, 3ª ed. (pp.19-46). Petrópolis-RJ: Vozes.
- Unicef. (2011). *O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades*. Brasília, DF: UNICEF.

### Notas

- <sup>1</sup> Versão atualizada do trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Manaus, 2013.
- <sup>2</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil. Web: <http://convergenciacomunitaria.wordpress.com/> Co-organizador de cinco livros, entre eles “Comunicação para a Cidadania: objetos, conceitos e perspectivas” (INTERCOM, 2013). Docente do Mestrado em Estudos da Mídia da UFRN. Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania da INTERCOM-Brasil. Coordenador do Laboratório de Pesquisa e Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva (LAPECCOS), vinculado ao Grupo de Pesquisa Pragma (UFRN/CNPq). É membro-fundador do Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (Inpecc), integrado pelo LECC/UFRJ e LACCOPS/UFF e LAPECCOS/UFRN. Pesquisador-membro do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (NESC-UFRN). E-mail: [juciano.lacerda@gmail.com](mailto:juciano.lacerda@gmail.com).